

SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE NACIONAL

Organização: Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Popular Brasileira
Frente Parlamentar de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural Brasileiro
Frente Parlamentar de Defesa da Língua Portuguesa

Cultura Popular e Políticas Públicas

(Claudia Marcia Ferreira,

setembro de 2001)

A área de atuação e de estudos de folclore e cultura popular no Brasil estruturou-se há algumas décadas, como resultado de ampla movimentação nacional e internacional. Um impulso decisivo foi a recomendação da Unesco, no pós-guerra, no sentido de que seus países membros criassem organismos voltados para o conhecimento das culturas populares.

Foi instituída então, em 1947, a Comissão Nacional de Folclore, ligada ao Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura – Ibecc – do Ministério das Relações Exteriores. A partir dos trabalhos dessa Comissão Nacional e das comissões estaduais, bem como da mobilização decorrente dos congressos realizados em todo o país, foi criada, em 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura.

A Campanha, incorporada à Fundação Nacional de Arte – Funarte, transformou-se, em 1979, no Instituto Nacional do Folclore. Em 1990, com a reforma governamental, o Instituto passou a ser denominado Coordenação de Folclore e Cultura Popular, sendo hoje o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, único órgão federal a tratar específica e sistematicamente das questões relativas ao folclore e à cultura popular no país.

Nestes 46 anos de existência, a atuação desse órgão tem-se pautado prioritariamente na pesquisa e análise, no apoio e difusão das expressões de folclore e cultura popular em âmbito nacional.

Na medida em que todo campo de conhecimento, histórica e socialmente condicionado, é por natureza dinâmico e reflete o próprio processo de transformação da sociedade e da cultura, as idéias de folclore e cultura popular com as quais o CNFCP opera passaram, ao longo dos anos, por importantes reformulações, garantindo ao órgão a continuidade e o aprofundamento da atuação.

Hoje, a ação institucional se faz tendo em vista que cultura é um processo global que reúne as condições do meio ambiente àquelas do fazer do homem. O agente social e seu produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra, entre outros – estão necessariamente inseridos num quadro social e ecológico no qual a atividade humana ganha significação.

Entendendo o folclore como os modos de agir, pensar e sentir de um povo, ou seja, como expressões da cultura desse povo, o CNFCP, consoante com o que preconiza a Unesco, considera equivalentes as expressões folclore e cultura popular. O universo abrangido por essas duas expressões é vastíssimo, e isso não só pela diversidade de itens que aí se inscrevem, como pelo caráter plural, intrínseco às manifestações culturais. Acrescente-se o fato de que, em um país com a extensão territorial e as peculiaridades de formação social do Brasil, marcado por

diferenciações regionais profundas e convivência de etnias diversas, impõe-se o reconhecimento da pluralidade cultural. Apenas por razões operativas mantém-se, assim, no singular, a expressão cultura popular, embora se reconheça a existência de tantas culturas quanto são os grupos que as concretizam.

O adjetivo popular não designa, por sua vez, uma categoria indistinta de manifestações niveladas por oposição às que são chamadas eruditas. Essas manifestações não são apenas heterogêneas entre si, como congregam, em alguns casos, vários segmentos da sociedade, não se restringindo aos de baixa renda. A dificuldade no estabelecimento de contornos nítidos entre o popular e o erudito acentua-se ainda mais, nos dias de hoje, com a propagação acelerada de um *éthos* urbano, veiculado pelos processos de difusão da civilização industrial, ocasionando mudanças por vezes profundas nas visões de mundo e nos modos de vida da população.

A atuação do CNFCP tem, portanto, como ponto de partida, o reconhecimento do caráter dinâmico e diverso da cultura, o que significa não condenar as transformações inerentes à dinâmica da vida social. O “tradicional” não é resíduo do passado, e, sim, um conjunto de práticas sociais e culturais presentes, que se reproduzem por meio do trabalho e do poder de recriação de seus agentes, constituindo sua identidade cultural.

As tradições culturais vivas não podem, por isso mesmo, ser regidas por regulamentação que as aprisione e impeça sua dinâmica própria de transformação. Pode-se, sim, documentar, analisar, catalogar e classificar certas expressões da cultura, criando arquivos e centros de documentação, zelar pela conservação da informação aí contida, bem como garantir o acesso à mesma. Pode-se ainda apoiar os agentes culturais no sentido do favorecimento das condições de manutenção e recriação das tradições culturais.

Cabe chamar atenção para a diversidade de agentes envolvidos no âmbito da cultura popular, e conseqüentemente para a inscrição diferenciada do chamado produto cultural e seus respectivos produtores na sociedade: cantadores, artesãos, foliões, grupos religiosos, entre outros, são categorias diferenciadas não só entre si como internamente.

O apoio supõe, portanto, o conhecimento a serviço da compreensão da identidade cultural de grupos sociais específicos. E cabe assinalar nesse contexto que o respeito a essas identidades é fator fundamental do desenvolvimento global da sociedade.

O CNFCP distingue, ainda, as manifestações populares, que são integradas à vida social de certos grupos e oriundas de sua experiência, daquelas produzidas enquanto recriações, reproduções e reinterpretções das primeiras, no quadro de festivais, espetáculo de música, teatro, dança, entre outros. Os mesmos produtos (música, poesia, dança, objeto, indumentária) extraídos de seu contexto social original ganham aí novo significado. Mesmo reconhecendo o papel dessas recriações enquanto veículo de difusão cultural, o CNFCP prioriza em sua atuação o apoio direto às manifestações populares propriamente ditas, o que é feito mediante o desenvolvimento de programas de trabalho.

O CNFCP conta ainda com mecanismos de apoio à demanda direta dos artistas e artesãos populares, em nível nacional, assim como com programas regulares de pesquisa. Uma das vertentes desses programas cuida de ampliar permanentemente o acervo documental da instituição, disponibilizando-o ao público, por meio de exposições temporárias e/ou itinerantes,

informatização de acervos bibliográficos e edições de referência. Além de ações dessa natureza, o Centro mantém uma linha que privilegia a divulgação e o estímulo aos estudos na área da cultura popular, por meio de concurso e premiação, o que contribui para a ampliação dos acervos da Biblioteca Amadeu Amaral, anualmente enriquecida com novos títulos, reunidos a partir dos concursos realizados. Há ainda o atendimento direto ao público, com projetos voltados sobretudo para escolas de primeiro e segundo graus da rede de ensino.

É possível agrupar os programas em quatro vertentes de trabalho, que se articulam: programas que visam à realização de estudos teóricos e de cunho etnográfico, que contribuem para a ampliação dos acervos bibliográfico, museológico, visual e sonoro; programas que visam ao apoio direto aos produtores culturais, os quais valorizam e divulgam a produção da cultura popular brasileira; programas de premiação que visam à difusão e ao reconhecimento de pesquisas nas áreas de folclore e cultura popular; programas que visam ao intercâmbio e à formação de público, bem como apoio a eventos que tenham continuidade.

I – PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

O volume, a multiplicidade e a vitalidade das manifestações de cultura popular exigem um esforço constante de pesquisa e documentação. Há ainda grandes lacunas no conhecimento das realidades culturais do país, apesar dos estudos já realizados. O conhecimento é, além disso, indispensável para orientar a ação. Impõe-se, pois, conhecer e documentar as manifestações do saber popular, por meio da pesquisa de caráter etnográfico.

Todo o trabalho desenvolvido pelo CNFCP é fundamentado na atividade de pesquisa que, além de orientar a ação direta junto aos produtores culturais, nutre a política institucional no sentido da ampliação de seus acervos, da preservação e da difusão das culturas populares. O Centro já produziu vasto conhecimento, o qual se encontra disponível à consulta do público no Museu de Folclore Edison Carneiro e na Biblioteca Amadeu Amaral. São exemplares desse programa:

Projeto Romarias, que visa à documentação, em especial por meio da fotografia, das principais romarias brasileiras, tendo registrado as manifestações de São Francisco das Chagas de Canindé, no Ceará, e Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

Projeto O Artista Popular e seu Meio, que destacou as obras de Antônio de Oliveira e de Antônio de Gastão.

Projeto Chico Antônio, com a edição do tablóide *Nova Estrada* e do LP *No balanço do ganzá*, documentando a vida e a obra desse mestre, localizado por Mario de Andrade em suas pesquisas musicais no interior do país,.

Projeto Documentário Sonoro Brasileiro, que vem editando a partir de pesquisas discos compactos, como *Cana-verde*, *Cantigas de roda*, *Aboios* e *Benditos*, LPs, como *Cururu e outros cantos das festas religiosas*, e *Berimbau e Capoeira*, e cds, como *Samba de Roda* e *Drama e fetiche – vodum, bumba-meu-boi e samba no Benim*, num total de 47 títulos.

Com relação à documentação visual, o Centro produziu vídeos, como *Vendo os outros fazer: artesanato em Juazeiro do Norte*, de Ana Heye, e *Antônio de todos os santos e Mestre Vitalino e o Alto do Moura*, ambos de Sérgio Sanz. Destaca-se ainda nessa área a realização anual, em suas dependências, da Mostra Internacional do Filme Etnográfico, já em sua oitava edição, produzida pela Interior Produções e patrocinada pela Secretaria do Audio-Visual, do Ministério da Cultura com apoio da Funarte.

Projeto Cordelteca, que visa a disponibilizar ao público, mediante recursos da informática, o relevante acervo institucional de folhetos de cordel, que representa uma parte significativa da literatura popular, área contemplada pelo Centro, como indicam edições de monografias vencedoras do Concurso Sílvio Romero, entre elas *Repente e cordel*, de Vicente Salles, *Conto popular e comunidade narrativa*, de Francisco Assis de Sousa Lima, *Mito e poesia popular*, de Lina Tâmega Ribeiro, *O narrado e o vivido*, de Elizabeth Rondelli, e *A poesia popular na república das letras*, de Claudia Neiva, este em co-edição com a UFRJ.

Com relação a edições, a atuação do Centro tem longa permanência, incluindo, além de publicações avulsas, série com mais de 20 anos, como *Cadernos de Folclore*, em que aparecem, entre outros nomes, os de Manuel Diégues Júnior, Renato Almeida, Câmara Cascudo e Theo Brandão; séries de referência, com a edição de bibliografia específica sobre, por exemplo, carnaval, capoeira e estudos afro-brasileiros; até a mais recente, a *Série Encontros e Estudos*, em seu terceiro número.

Projeto Hemeroteca, disponibilizando ao público por meio da digitalização uma base de dados de cerca de 60 mil recortes de jornais e revistas, acervo ímpar no país, cuja relevância se destaca tanto pela abrangência temporal (quase um século) como pela variedade dos periódicos, que incluem não só aqueles de grande circulação, como os editados no interior do Brasil e os alternativos.

O Centro presta ainda apoio a projetos, privilegiando aqueles que tenham continuidade, que se destaquem pela “representatividade sociocultural” e não a eventos episódicos. No caso de eventos que expressem aspectos das culturas populares, como festas e apresentação de folguedos e danças, o Centro entende que sua participação deve ser sobretudo a de documentar e criar meios para sua difusão cultural. Nesse sentido, o Estado deve proporcionar condições técnicas e financeiras para a realização de estudos de campo que visem à produção de conhecimento e à ampliação dos acervos das instituições que documentam os modos de viver e de pensar dos criadores populares.

II – INCENTIVO À PRODUÇÃO

Em consonância com o princípio de respeito às particularidades culturais, o apoio à criação, nessa área, traduz-se pelo favorecimento das condições necessárias ao florescimento e continuidade das expressões do saber popular em seus contextos específicos. O CNFCP atua, portanto, buscando criar as condições materiais necessárias à produção, circulação e consumo de bens culturais, sem interferir nos modos de expressão e organização próprios das culturas populares.

Em especial, quanto às atividades ligadas a expressivos núcleos de produção artesanal, que, além do significado cultural, representam renda complementar ou a base da sobrevivência de famílias, entende o CNFCP que o Estado deve criar parcerias com instituições oficiais locais e a iniciativa privada a fim de abrir frentes de mercado que possibilitem a comercialização de objetos fora dos circuitos tradicionais, bem como assessorar projetos oficiais a fim de que sejam implantados de maneira a assegurar a continuidade, por exemplo, do acesso às fontes de matéria-prima, garantindo, assim, o processo de criação.

Nessa perspectiva, o CNFCP mantém o projeto de mostras de artistas individuais e comunidades artesanais denominado **Sala do Artista Popular**. Além do tratamento diferenciado que os participantes recebem nesse espaço, na cidade do Rio de Janeiro, que se distingue das feiras e lojas comerciais, as mostras criam mais uma alternativa de mercado, contribuindo ao mesmo tempo para a valorização do artista e da comunidade de produtores em seu local de origem. O projeto, precedido de pesquisa etnográfica em campo, para edição de catálogo, produz ainda um conjunto de informações sobre os produtores culturais e seu processo de trabalho, documentado fotograficamente. A SAP, em funcionamento desde 1983, realizou 96 exposições até setembro de 2001.

Em termos de política pública para a preservação de bens culturais, o CNFCP privilegia o aspecto cultural, levando em conta o objeto artesanal não apenas como meio de geração de renda para os produtores, mas como resultado de relações sociais que exprimem uma visão de mundo singular e dependem, para sua continuidade, de determinadas condições.

Proposta de atuação direta nos pólos de produção artesanal é o **Projeto de Apoio a Comunidades Artesanais (Paca)**, incorporado ao **Projeto Artesanato Solidário**, do Conselho da Comunidade Solidária, apoiado por Sudene e Sebrae, e com parceria da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura. O Projeto visa a desenvolver ações junto a centros de produção cujas atividades estejam ameaçadas de descontinuidade e pressupõe a eleição de alguns pólos, identificação dos problemas (acesso à matéria-prima, transmissão de saberes e tecnologias, abertura de mercado, entre outros apontados pela comunidade) e desenvolvimento de estratégias para sua solução. Vem atuando, desde 1998, na pioneira localidade de Candéal (município de Cônego Marinho), seguida de Campo Alegre (que pertence a Turmalina), Coqueiro Campo (em Minas Novas) – esses três municípios pertencentes ao Estado de Minas Gerais –, São Mateus (no Espírito Santo), Tracunhaém (em Pernambuco), Rio Real e Irará (na Bahia) e Juazeiro do Norte (no Ceará). Além da atuação direta de seus pesquisadores e técnicos nesses pólos, o CNFCP vem prestando ampla assessoria conceitual e técnica ao Projeto Artesanato Solidário, que já atua em 26 pólos e está se estabelecendo em mais 29 localidades de produção tradicional.

O princípio básico que norteia esse Programa está pautado no respeito à produção artesanal de cunho tradicional e na crença de que o fortalecimento do valor cultural dessa atividade resulta em elemento fundamental para o desenvolvimento de um trabalho consistente no plano da geração de emprego e renda.

O projeto foi estruturado com base no entendimento de que as manifestações culturais geradas por comunidades rurais e urbanas de baixa renda abrangem desde os fatores socioeconômicos até o fazer inventivo de indivíduos. E, assim, busca empreender uma leitura abrangente do produto artesanal e das relações do artesão com seus contextos social e natural, processos de produção e tecnologias, tipologias dos objetos, seus aspectos simbólicos e funcionais e formas de comercialização.

O projeto adota, ainda, as seguintes premissas, que formam a condição *sine qua non* para o desenvolvimento de ações de natureza cultural referidas ao universo artesanal:

- respeito às especificidades locais e regionais de caráter histórico, socioeconômico e ecológico dos diferentes contextos em que ocorre a produção artesanal;
- estímulo e apoio ao desenvolvimento de tecnologias próprias que viabilizem a produção e a difusão dos bens culturais, bem como garantam mecanismos capazes de gerar justa remuneração à produção desses bens.

O artesanato é atividade tradicional presente na vida de inúmeras comunidades brasileiras, e dele derivam utensílios domésticos e ornamentos utilitários criados a partir de diversas matérias-primas e técnicas. Trançados de fibras vegetais variadas, cerâmica, bordados, além de remédios caseiros, licores e doces são bons exemplos. A produção desses artefatos visa, primeiro, a suprir as necessidades do dia-a-dia de seus artesãos, e a comercialização do excedente pode melhorar a renda das famílias envolvidas nesse processo.

No entanto, grande parte da produção das comunidades artesanais encontra-se subaproveitada e em risco de desaparecimento. Por isso a importância de apoio que revigore essas práticas, agregando valor ao produto tradicional e gerando renda para a comunidade.

A partir da valorização desse saber latente e da preservação da identidade cultural, cria-se uma alternativa para a sustentabilidade e o desenvolvimento social de populações que habitam as áreas mais carentes do país. A inserção das comunidades artesanais no mercado produtivo é fundamental para esse resgate. O objetivo é, portanto, possibilitar a geração de renda a partir dos saberes locais, valorizando os recursos humanos e as técnicas tradicionais.

A valorização das atividades artesanais abrange um conjunto de ações que visa concomitantemente à geração de renda, ao desenvolvimento local e ao resgate cultural. Primeiro, a inserção dos artefatos produzidos no mercado consumidor pode significar um canal de renda para os artesãos beneficiados e maior circulação monetária na comunidade em que vivem. Além disso, a revitalização dessas atividades pode voltar a suprir a demanda de bens dos próprios artesãos, transformando-se em renda indireta para os beneficiados.

Segundo, a mobilização das comunidades atendidas, aliada à disseminação de suas práticas, promove o desenvolvimento de consciência coletiva e cooperativismo, importantes mecanismos para o desenvolvimento social.

Terceiro, a geração de renda a partir de uma atividade tradicional aumenta a auto-estima dos artesãos e de outros membros da comunidade envolvidos nesse processo, criando a consciência de que parte das soluções de seus problemas pode ser ali encontrada.

Por último, o incentivo à oferta de produtos artesanais no mercado pode contribuir para que os brasileiros tomem consciência da criatividade e diversidade cultural, que tão bem caracterizam este país.

É pressuposto básico o fato de que os artesãos a serem apoiados sejam membros ativos das comunidades alvo, expressando em sua produção a identidade cultural local.

A recuperação da identidade cultural estimula o resgate da auto-estima dos artesãos que habitam as mais diversas localidades e marca a diferença em relação a outras propostas, muito meritórias, que apóiam, como forma de geração de renda, a confecção de manualidades relevantes, porém não inseridas em contexto cultural identificável. Os critérios desse projeto são ditados pelas características da população que se deseja alcançar, quer no semi-árido nordestino, quer em outras regiões pobres do país.

Partindo dessas premissas, as intervenções desse projeto devem:

1º) garantir a recuperação e o aperfeiçoamento dos padrões tradicionais, pois é a valorização das raízes que permite a sustentabilidade do projeto;

2º) preparar a produção para a comercialização, com vistas a garantir um nicho de mercado específico, em que os produtos artesanais alcancem preço justo, porque são únicos e expressam uma linguagem artística e cultural diferente.

Nesse sentido, consoante com o Programa Artesanato Solidário, temos procurado compor ações integradas com artesãos, instituições federais, estaduais e municipais, ONGs e iniciativa privada, com o objetivo de viabilizar esses princípios.

Reconhece ainda o CNFCP a necessidade de implementar ações que tenham por meta o apoio direto também a grupos de folguedos, que condensam em si diferentes formas de expressão artística e cultural, como o canto, a palavra, o gesto, a música e a dança.

III – ESTÍMULO À PESQUISA

Nesse aspecto, destaca-se a realização anual do Concurso Sílvia Romero de monografias sobre folclore e cultura popular, aberto à participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A premiação de duas monografias, escolhidas por júri composto por especialistas, pode ser acrescida de até três menções honrosas. Além da ampliação do acervo institucional e atualização sobre os estudos realizados em sua área de abrangência, o Prêmio Sílvia Romero tem contribuído para a divulgação desse campo de estudos, por meio da edição dos trabalhos vencedores.

Prêmio mais recente de estímulo à produção de documentários é o Prêmio Manuel Diégues Júnior, concedido no âmbito da Mostra Internacional do Filme Etnográfico, que contempla três categorias de produção de imagem em movimento: importância do tema para a área; desenvolvimento da pesquisa/roteiro; e concepção e realização.

IV – DIFUSÃO

A difusão proporciona o intercâmbio cultural, em âmbito nacional e internacional, servindo assim à conscientização, pela sociedade mais ampla, do valor das manifestações de cultura popular enquanto expressões plurais da identidade nacional.

É importante esclarecer que as expressões populares têm um circuito de difusão que lhes é próprio e que se organiza com base em redes locais de sociabilidade: festas tradicionais, feiras e mercados, romarias, entre outros. Assim sendo, não cabe ao Estado interferir nos modos de organização e de expressão próprios das culturas populares. Qualquer forma de atuação no sentido de fomento ou preservação deve levar em conta as realidades culturais e ecológicas de cada grupo e região.

A difusão que extrapola esse circuito tradicional, dirigida a outros segmentos sociais que não aqueles diretamente envolvidos com as expressões em questão, implica necessariamente alguma forma de conhecimento sobre as manifestações de cultura popular: o conhecimento contido num livro, numa exposição, num disco, num documentário, por exemplo. Nesse caso, é fundamental garantir aos indivíduos, grupos e comunidades, acesso aos resultados dos trabalhos sobre eles produzidos.

Cresce no nível internacional a preocupação com a preservação e salvaguarda das culturas populares tendo em vista sua utilização pela indústria cultural, que, freqüentemente, retira do contexto original alguns aspectos do saber popular, destituindo-os de seu significado e desrespeitando os direitos de propriedade intelectual de seus criadores. Se, por um lado, a indústria cultural pode contribuir para a divulgação e o conhecimento das expressões populares, o Estado, por sua vez, pode contribuir para o reconhecimento dos direitos autorais dos produtores de cultura popular.

É importante também considerar que, a par da indústria cultural, há um crescente interesse da iniciativa privada – lojas comerciais e indústria turística – pelas expressões da cultura popular. A atuação dessas agências, no entanto, não substitui a responsabilidade do Estado, embora elas possam ser parceiras significativas para a realização de diferentes programas. Entretanto, convém assinalar que a esfera privada, de modo geral, tende a selecionar, do amplo conjunto de expressões culturais em todo o país, aquelas capazes de gerar dividendos econômicos e, nesse processo, muitas vezes interferem na expressão artística e cultural, alterando mesmo a organização do trabalho. Deve-se assinalar também que, não pouco freqüentemente, programas promovidos por empresas privilegiam apenas a dimensão econômica das expressões culturais. Com base na visão antropológica de cultura, o CNFCP desenvolve seus programas entendendo que os fenômenos culturais condensam e expressam múltiplos planos da realidade. Não se trata de propor medidas para manter inalteradas as expressões das culturas populares, ou querer protegê-las da economia de mercado, mas, em um mundo cada vez mais homogêneo, os programas desenvolvidos pelo Estado devem privilegiar o significado cultural, valorizando a singularidade das produções que expressam o rico contraste entre diversos grupos sociais do país.

As possibilidades de atuação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, da Funarte, desenvolvem-se, portanto, em duas direções:

A primeira se faz no sentido da preservação, promoção e difusão do conhecimento acumulado pela cultura popular e sobre ela. Assim sendo, deve-se estimular a pesquisa e a publicação de estudos, a criação e manutenção de arquivos, centros de documentação, bibliotecas e museus que reflitam e valorizem a diversidade cultural do país. Nesses espaços, preservam-se a memória e a informação sobre as expressões populares, por meio de processos de documentação: pesquisas etnográficas, coletas de acervos materiais, gravações sonoras, fotografias, filmes, vídeos. As tecnologias modernas multiplicam as possibilidades de documentação e de divulgação da cultura popular

Uma segunda possibilidade refere-se às condições de existência e de florescimento da cultura popular. O trabalho de assessoria e acompanhamento de projetos culturais adquire destaque nesse contexto. O conhecimento das especificidades de culturas locais e regionais deve subsidiar a implantação de projetos de desenvolvimento. Tais projetos podem alterar profundamente o modo de vida das populações envolvidas, o que torna indispensável o exame criterioso de seu impacto cultural. Uma política oficial ampla e veemente do Estado que reúna e problematize essas

informações, em parceria com entidades como universidades, secretarias estaduais e municipais, associações comunitárias, entre outras, é, portanto, fundamental.

Deve-se ainda relativizar a idéia de abrangência nacional, considerando que há locais que se destacam pela música, outros pelo teatro, por uma festa específica e particular e outros pelo artesanato. Cabe ao Estado, portanto, apoiar aqueles segmentos da produção cultural mais significativos em cada área, promover o intercâmbio a fim de que se reconheça a realidade múltipla e diversa das produções culturais num país de contrastes socioculturais tão marcantes.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.